



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

REFLEXÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

DOUGLAS PAULESKY JULIANI

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

douglas.juliani@ifsc.edu.br

NILO OTANI

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

nilo.otani@ifsc.edu.br

FERNANDA SANCHEZ

UFSC

fernandasanchez@gmail.com

RESUMO

A Avaliação Institucional tem papel fundamental nesta interação e serve como ferramenta que permite detectar a efetividade das atividades das Instituições de Ensino Superior perante a sociedade. Portanto, a avaliação institucional é um instrumento imprescindível ao trabalho do gestor. É por meio dela que será possível um autoconhecimento da instituição bem como de suas fragilidades a fim de se redefinir e repensar o planejamento. A avaliação será capaz de fornecer subsídios para que a instituição caminhe em consonância com a sociedade e ao encontro de sua missão. Este artigo objetiva fomentar a discussão, a respeito do papel exercido pelo Estado no que tange à educação, do papel da avaliação institucional e a importância do seu planejamento, de modo a atingir os diversos atores envolvidos e em todas as etapas, desde a sua concepção à implantação.. Para responder essas questões, utiliza-se pesquisa bibliográfica em livros, teses e artigos. Considera-se que a construção de um sistema de avaliação válido para todas as IES é indispensável para uniformizar procedimentos e manter a qualidade de ensino, bem como outras atividades indissociáveis, a pesquisa e a extensão, que corroboram para a formação do tripé ensino, pesquisa e extensão. Porém é imprescindível a consideração da vasta extensão territorial, as peculiaridades regionais e a grande gama de instituições, com suas heterogeneidades e diversidades, que as tornam únicas.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Institucional; Universidade; Planejamento.

1. Introdução

Os avanços advindos com a globalização são notórios, esta ampla abertura em todas as instâncias proporcionou uma aproximação entre os continentes, novas culturas e o acesso a novas informações ganharam o mundo. Tanto a opinião pública internacional quanto o comportamento do mercado também passaram a desempenhar um papel que antes era inexistente. Por outro lado, as consequências da expansão do capitalismo e do consumo exacerbado são sentidos até hoje.

Intimamente associada à questão da globalização é a mudança no papel do Estado durante os séculos. A globalização modificou o papel do Estado alterando radicalmente a ênfase da ação governamental. Depois de épocas permeavam entre a intervenção e a não intervenção do Estado e a busca de uma estrutura hierárquica montada a fim de garantir a eficiência das funções executadas pelo Estado, partimos para uma nova era, pelo menos é o que defendem alguns autores.

Esta nova visão está relacionada com a emergência dos valores democráticos e uma sociedade civil fortalecida que anseia, por meio de reivindicações, uma mudança. Isto não significa necessariamente um Estado menor (com menos poder), mas sim mais efetivo. Um Estado que coordene este processo de mudança, junto com a sociedade civil e com o mercado a fim de proporcionar um desenvolvimento que seja fruto de uma ação coletiva.

As Instituições de Ensino Superior estão neste contexto, como agentes de mudança e disseminadoras do conhecimento por meio do estreito laço, ou pelo menos deveria ser, com a sociedade. Inserida neste meio onde coexistem entidades com lógicas distintas as IES têm um papel fundamental de fazer a sociedade pensar além da satisfação das necessidades individuais e isoladas de cada uma das organizações. Se assemelha a um papel conciliador e que transcende as expectativas imediatas de resultados. Conciliador por ter que abarcar os diversos atores internos e externos e unilos em torno de um objetivo comum maior, de pensar a sociedade como um ente mobilizador que constrói o seu próprio futuro participando de forma efetiva e não como mero expectador.

A Avaliação Institucional, por sua vez, tem papel fundamental nesta interação, ela serve como ferramenta avaliadora destes laços para que se possa detectar a efetividade das atividades das Instituições de Ensino Superior perante a sociedade. Portanto, a avaliação institucional é um instrumento imprescindível ao trabalho do gestor. É por meio dela que será possível um autoconhecimento da instituição bem como de suas fragilidades a fim de se redefinir e repensar o planejamento. A avaliação será capaz de fornecer subsídios para que a instituição caminhe em consonância com a sociedade e ao encontro de sua missão.

Desta forma, o artigo é escrito com o objetivo de fomentar esta discussão, a respeito do papel exercido pelo Estado no que tange à educação, do papel da avaliação institucional e a importância do seu planejamento, de modo a atingir os diversos atores envolvidos e em todas as etapas, desde a sua concepção à implantação.

O presente artigo se divide em três etapas. Num primeiro momento é apresentado o contexto das Instituições de Ensino Superior. Desde o século XVI o mundo passou por grandes transformações inclusive considerando as diferentes ideologias, como a hegemonia do positivismo. Essas transformações foram levadas a todas as instâncias, inclusive influenciando fortemente as Instituições de Ensino Superior. Fortes marcas foram deixadas, principalmente com uma profunda preocupação com a eficácia das IES.



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

Num segundo momento é tratada a Avaliação no contexto das Instituições de Ensino Superior, a sua evolução de um modelo fragmentado para um modelo mais completo que englobasse os atores internos e externos. A sociedade, por sua vez, passa de uma condição de receptor dos serviços para uma conscientização em que assume o seu papel como cidadão, como co-responsável da criação de políticas públicas que auxiliem o desenvolvimento local e nacional.

Por fim, o artigo traz uma discussão sobre o planejamento do processo de Avaliação e as dicotomias do modelo existente, trazendo por fim Bourdieu, com um novo olhar para a educação com o conceito de capital intelectual, onde há forte evidências da relação entre desempenho escolar e a origem social dos estudantes.

Diante disso, o artigo busca unir estas discussões que aparecem entrelaçadas pela história. Conhecer as diferentes facetas da educação é necessário para uma real compreensão dos fatos e consciência crítica. A aceitação dos diferentes olhares fez com que fosse possível o surgimento de uma nova visão de mundo para que os atores pudessem unir suas forças e pensar numa ação efetiva das IES.

2. O contexto das Instituições de Ensino Superior

De acordo com Motta (2013), a busca contínua de novos padrões de eficiência pelo Estado, na década de 70, resultou no avanço da perspectiva gerencialista, originando um novo movimento de impacto contemporâneo. A Nova Gestão Pública apresentou-se com o objetivo primordial de fazer a Administração Pública funcionar como uma empresa privada e, assim, adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços, ou seja, uma mudança do foco no processo para o foco nos resultados.

A concepção do Nova Gestão Pública, segundo Motta (2013), era a de utilizar algumas ideias do liberalismo clássico, como a redução do escopo e do tamanho do Estado e a introdução do espírito e dos mecanismos de mercado no governo. De acordo com Amaral (2003) como retomada das políticas liberais, foram cortados drasticamente os investimentos nas áreas sociais e, de modo geral, os financiamentos da educação caíram significativamente.

O pensamento liberal se propagou pelas instituições de ensino, e conforme Amaral (2003), foram anunciadas a decadência e a incapacidade de a escola pública enfrentar os desafios impostos atualmente, quando se exige agilidade e presteza, possíveis somente com a atuação das leis de mercado. O ensino superior sofreu duras críticas, intituladas de incompetentes, exageradamente dispendiosas e desligadas das necessidades da sociedade.

Como afirma Motta (2013), a crença em um mundo contemporâneo de mudanças rápidas e exigentes de novas soluções favorecia a inserção de um modelo flexível de gestão privada no setor público. Com o objetivo de atender os seus “clientes” da melhor maneira possível, garantindo a qualidade dos serviços públicos prestados, alguns mecanismos alternativos de prestação de serviços foram alicerçados no chamado racionalismo econômico. Mecanismos como o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada (terceirizações, privatizações e parcerias público-privadas) foram absolvidos de modo a produzir um governo que “funcionasse melhor e custasse menos”. (DENHARDT, 2013, p. 198)

Conforme Matias-Pereira (2012) o Estado não tem um fim em si mesmo, o autor cita Del Vecchio (1979) que afirma que o Estado tem por finalidade atender à razão natural da vida em sociedade e promover a realização das expectativas do homem na realização do bem comum.

O Estado, apesar de novas perspectivas advindas com a globalização, ainda se apresenta como um agente indispensável para atender aos anseios e aspirações da sociedade, discorre Matias-Pereira (2012), por meio de sua função como ente regulador: na promoção do desenvolvimento, na redistribuição de renda, na estabilização da economia e nas atividades do Estado, por meio da produção e fornecimento de bens e serviços públicos.

A função do Estado com relação a educação superior deveria ser, de acordo com Amaral (2003), normatizar, fiscalizar e avaliar, exercendo o credenciamento, recredenciamento, avaliação, fiscalização e funções afins. Portanto, caberia ao setor privado a execução das atividades produtivas e às organizações sociais a produção dos serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, incluindo os serviços educacionais e as universidades, por meio de uma parceria entre o Estado e sociedade para o financiamento e controle.

À sociedade civil sem fins lucrativos será atribuída a prestação de serviços sociais, com autonomia administrativa e financeira. As instituições receberiam os recursos orçamentários para o seu funcionamento, sendo responsáveis por administrar os recursos humanos, as instalações e equipamentos, pertencentes ao poder público.

Neste contexto, iniciou-se uma privatização direta da educação pública, o que Amaral (2003) chama de quase mercado. Ou seja, o mercado substitui o monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos. Por outro lado, incorpora-se também na gestão das instituições públicas procedimentos gerenciais próprios das empresas privadas.

Conforme Amaral (2003) as instituições de ensino passam a operar em um sistema híbrido, continuam recebendo financiamento dos recursos do Fundo Público, mas como estes não são suficientes para a sua subsistência, se veem obrigadas a procurar fontes alternativas de recursos financeiros. De acordo com o autor, valores como solidariedade, cooperação e tolerância são substituídos por valores economicistas, como eficiência, produtividade, utilidade e funcionalidade por meio da prestação de serviços à população como cursos de especialização, consultorias e assessorias.

A partir desta visão de mercado, ao Estado seria atribuído funções que não caberiam ao mercado regular e controlar. Segundo Amaral (2003), o Estado mantém controle por meio das legislações e a fiscalização e a avaliação passam a ter o propósito de analisar a eficácia dos programas e assim vincular a eficiência com os valores dos recursos financiados.

A necessidade de um sistema de avaliação culmina com a reestruturação e o redesenho do papel do Estado. De acordo com Amaral (2002) no período da política do bem estar social, a fiscalização e a avaliação tinham como propósito analisar a eficácia de programas com a finalidade de torná-los melhores e mais produtivos em termos sociais. Enquanto que na nova proposta, prevalece a lógica do controle e da racionalidade orçamentária, que efetivamente significa cortes de financiamento.

De acordo com Vieira (2003), algumas agências integrantes do sistema educacional incumbem-se de proceder à avaliação, tanto acadêmica quanto institucional, de instituições e da qualidade do ensino em seus diversos níveis. O Ministério da Educação é o responsável por manter e administrar os sistemas de informação onde se processam os dados remetidos pelas instituições de ensino. Além



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

destas informações vindas das instituições, uma comissão de especialistas visita as instituições com o objetivo de coletar informações e emitir pareceres.

3. A Avaliação no contexto das Instituições de Ensino Superior

Em 2004, afirma Lehfeld e outros (2009), foi proposta a Avaliação da Educação Superior pela Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES. Esse sistema foi criado para solidificar o processo de avaliação de instituições de ensino superior com base em cinco princípios: a responsabilidade social com a qualidade da educação superior, o reconhecimento da diversidade do sistema, o respeito à identidade, missão e história das instituições, a globalidade institucional e a decorrente multiplicidade de indicadores, e a continuidade do processo avaliativo. Em consonância com a Lei, três princípios filosóficos fundamentam essa avaliação: integração, articulação e participação.

Com a unificação das avaliações trazida pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), ou seja, a incorporação do PAIUB, Exame Nacional de Cursos e Avaliação das condições de oferta, que mais tarde se tornou a Avaliação das condições de ensino, trouxe uma perspectiva de um novo entendimento sobre Avaliação, de valorização e aceitabilidade da diversidade do ensino superior.

Mas, se por um lado, o SINAES substituiu o modelo classificatório, pontual e fragmentado para uma avaliação mais completa, global e integradora, conforme Lampert (2008), por outro, Sguissardi (2008) argumenta que o ranking das IES, que decorre da aplicação do IGC, é divulgado “com festa” pela grande mídia, que está sendo visto por muitos especialistas que ajudaram a elaborar e implantar o SINAES como sua mais completa negação.

Desta forma, o SINAES passaria a ser composto pela Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) e pela Avaliação das IES (AVALIES). Conforme Lacerda (2015), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) identifica as condições de ensino oferecidas pela instituição: sua infraestrutura física, salas de aula e laboratórios, seus recursos humanos, em especial o corpo docente e a organização didático-pedagógica. A avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE) estabelece indicadores de desempenho dos estudantes no âmbito dos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares do curso de graduação, das habilidades e competências mínimas requeridas para o exercício profissional de qualidade. E a avaliação das IES (AVALIES) tem o objetivo de identificar o perfil da Instituição, por meio de dois procedimentos básicos de avaliação: a autoavaliação, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa in loco, estabelecida por meio de comissões de especialistas.

A avaliação institucional, indica Galdino (2011), é um dos componentes básicos do SINAES e se desenvolve em dois momentos principais: a) Autoavaliação, conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação, constituídas pela IES e b) Avaliação externa, realizada por Comissões externas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), segundo diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

A avaliação, em suas dimensões internas e externas, afirma Simor (2001), deve procurar apreender a multiplicidade das faces e os sentidos normalmente escondidos e

tentar reconstruir significativamente as partes integrando-as no conjunto da universidade.

Após revisão dos instrumentos de avaliação em 2007, Ribeiro (2015) destaca algumas providências que foram adotadas: a definição do que seria o ciclo avaliativo, a introdução dos índices de qualidade (CPC - Conceito Preliminar de Curso; IGC- Índice Geral de Curso; Conceito ENADE, etc), e o ENADE como elemento disparador do ciclo avaliativo, movimento este que culminou com a criação da Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) em 2010.

Em relação ao SINAES, Lacerda (2015) aponta que o tripé estabelecido deve ser mantido, mas a subordinação de cada um dos elementos deste tripé (AVALIES, ACG e ENADE) precisa ser revisto. O autor propõe que a AVALIES se torne o eixo central de avaliação, pois é dela que se deriva a autorreflexão e autorregulação necessárias a uma universidade especulativa e autônoma, pressupostos encontrados no SINAES. O ENADE e ACG passariam a se subordinar ao AVALIES, o ENADE se perpetuaria como uma regulação de avaliação realizados pelos estudantes e a ACG se consolidaria como uma avaliação realizada pelos pares que atuam fora da instituição.

Conforme o Programa de Avaliação Institucional das Universidades (1998), citado por Simor (2001) o processo de avaliação deve ser contínuo e sistemático, para que promova permanente aperfeiçoamento, constante reflexão e redefinição dos objetivos e das prioridades acadêmicas, científicas e sociais da instituição. A legitimidade técnica do processo depende de outros fatores, como a metodologia: além de construir indicadores adequados, podem-se utilizar de procedimentos quantitativos e qualitativos e oferecer modelos analíticos e interpretativos apropriados aos objetivos do processo avaliativo; e fidedignidade da informação: a existência de uma base de dados confiáveis é também condição necessária para qualquer esforço de avaliação que se proponha.

Frente a este cenário, Ribeiro (2015) infere que de uma avaliação de modelo educativo, cuja principal finalidade é desenvolver e aprimorar a qualidade do trabalho produzido pela instituição avaliada, as avaliações contidas no SINAES passam a se caracterizar como regulatórias, cuja a principal intenção é garantir o cumprimento das regras de funcionamento preestabelecidas para o sistema, garantindo o nível de qualidade do trabalho das instituições avaliadas. De um modelo participativo e democrático, com ênfase na análise qualitativa e que incentiva o envolvimento de todos os segmentos da instituição na construção e execução do processo, passa-se a um modelo tecnocrático e centralizador, com ênfase na regulação e na análise quantitativa.

Desta forma, percebe-se, que as instituições de ensino superior são organizações complexas e, conforme Galdino (2011), a própria diversificação de suas missões dificulta a adoção de um modelo de gestão, tendo em vista que esta deve acontecer em consonância com as especificidades da IES, interpretadas por meio da avaliação, respeitando sua natureza jurídica e sua proposta institucional.

3.1 O planejamento do processo de Avaliação

É por meio da avaliação que a universidade é capaz de se reinventar e caminhar em consonância com a sociedade. A avaliação institucional é capaz de dar subsídios para uma reflexão constante do papel da universidade e se a mesma está exercendo sua missão e contribuindo para o seu desenvolvimento e o da sociedade.

Portanto, segundo Sobrinho (2005), há o reconhecimento de que a avaliação ultrapassa em muito os limites de uma sala de aula, de uma instituição, de um programa



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

e até mesmo de um país. Toda avaliação está ligada a um quadro de valores e interesses que tem a ver com os destinos das pessoas e das sociedades.

Na perspectiva de Polidori e outros (2007) para que o processo de avaliação seja desenvolvido com sucesso, há um elemento essencial e inclusive, balizador desta dinâmica que é a participação dos sujeitos no processo avaliativo como atores atuantes e não somente informantes ou meros espectadores. O grau de envolvimento dos seus atores: docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, de uma certa forma, conduz a dinâmica do processo em questão e o caracteriza como participativo.

De acordo com Silva (2012) a avaliação participativa é um processo pedagógico em que se evidencia o protagonismo dos sujeitos (docentes, discentes, técnicos, sociedade civil), constituindo-se não apenas como destinatários, mas como atores deste processo.

O envolvimento deve ser, conforme Polidori e outros (2007), tanto nas discussões sobre a concepção, as finalidades e o desenho da avaliação quanto também do levantamento, da organização das informações e dos dados, das pesquisas e das interpretações que dão continuidade ao processo avaliativo.

Observando como foco central da avaliação institucional na sua forma global, no sentido de formação, Polidori e outros (2007) afirmam que muito mais do que um simples processo informativo e estabelecendo um caráter educativo, é que será possível se obter um processo avaliativo amplo e penetrante a fim de buscar evidenciar o que é preciso mudar e o que é preciso fortalecer e ampliar para a obtenção do sucesso relacionado à qualidade da educação superior.

De acordo com Sobrinho (2005), as formas, as posturas e os sentidos da participação também variam de acordo com o paradigma de avaliação adotado. Nesta perspectiva, o autor aponta a diferenciação existente em relação a participação nos paradigmas experimentalistas e quantitativistas e nos paradigmas heurísticos e qualitativos.

Nos paradigmas experimentalistas e quantitativistas, segundo Sobrinho (2005), os indivíduos e as instituições são basicamente fornecedores de informações. A comunidade de uma instituição, seus estudantes, professores e técnicos, bem como a comunidade externa, não participam da formulação do projeto, da discussão dos critérios, dos objetivos, dos instrumentos e das metodologias da avaliação, não emitem juízos de valor, nem apresentam sugestões e tampouco se sentem intrinsecamente comprometidos com as consequências da avaliação ou com as ações que daí decorrem.

Por outro lado, nos paradigmas heurísticos e qualitativos, Sobrinho (2005) afirma que os agentes ativos participam em vários momentos dos processos avaliativos, não só fornecendo as informações e sendo avaliados, mas interferindo ativamente na avaliação, de forma organizada e segundo propósitos socialmente definidos. Os participantes se tornam solidariamente responsáveis pela melhoria.

Porém dentro destes “dois mundos”, que parecem distintos e opostos, Sobrinho (2005) afirma que não há incoerência se alguns dos quantitativistas duros adotarem uma postura humanista, da mesma forma que uma avaliação formativa poderá eventualmente estar a serviço da pedagogia por objetivos, do planejamento gerencialista, do funcionalismo. Conforme o autor, entre epistemologias e ideologias pode haver cruzamentos e mútuas implicações. “Também é preciso considerar que há tendências gerais que podem influenciar as ideologias e experiências concretas, as quais, por sua vez interferem nas escolhas e nas concepções epistemológicas”. (SOBRINHO, 2005, p. 19)

Frente aos modelos existentes, Bertolin e Marcon (2015) apresentam um novo modo de interpretação da escola e da educação criada por Bourdieu, o capital intelectual, onde há forte evidências da relação entre desempenho escolar e a origem social dos estudantes. Desta forma, existem importantes elementos constitutivos do capital cultural que é transmitido por meio da educação informal, no convívio familiar. A educação, na teoria de Bourdieu, acaba perdendo o papel de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições de reprodução e legitimação dos privilégios sociais. Portanto, duas posturas que Bourdieu considera equivocadas: a) atribuir o sucesso escolar às aptidões individuais; b) o bom desempenho na educação dependia dos investimentos econômicos realizados.

Na visão de Bertolin e Marcon (2015) mesmo em situação de provável diferença qualitativa entre cursos, de diferentes categorias de instituição, o desempenho dos concluintes está fortemente relacionado ao contexto familiar, social, econômico e cultural dos alunos. Graduandos de cursos pertencentes a instituições que possuem reconhecidos padrões de qualidade e valores acadêmicos, dependendo do aspecto social considerado, apresentam desempenho inferior ao de graduandos de instituições de menor tradição.

Haja vista a observância da lei, que todas as instituições de ensino superior devem seguir as orientações estabelecidas, Lambert (2008) ressalta que a avaliação institucional é um processo delicado pois gera situações de conflito e insegurança sobre as pessoas e instituições. A forma de conduzir o processo é tão importante quanto a coleta de dados, portanto é necessário o compromisso de todos os membros e de todos os segmentos, com a participação dos envolvidos em todas as etapas.

Frente ao exposto, Sguissardi (2008) considera que a relação entre regulação estatal e cultura de avaliação institucional é problemática sob diversos aspectos que decorrem: da natureza do Estado (se predominantemente público ou privado/mercantil); da concepção de educação superior (se um direito e bem público ou um serviço e bem privado/mercantil); do modelo de expansão da educação superior (predominantemente pela via do estatal público ou do privado/mercantil); da natureza da regulação e do controle (se privilegia a competição, a eficiência e eficácia típica do mercado); finalmente, da questionável conciliação entre regulação e controle estatal e avaliação que privilegia a cultura de avaliação e auto-avaliação institucional..

4. Considerações finais

Vivenciamos até hoje, no aparato estatal, a racionalidade instrumental e seus preceitos. A mecanização do homem, a alienação do trabalhador e a fragmentação da vida acabaram por se perpetuar transcendendo as estruturas organizacionais e tomando conta da realidade social e fazendo parte da vida de todos nós. A busca pela eficácia, por índices e incessantes cobranças atinge a educação superior e por vezes ameaça a qualidade das instituições, que muitas vezes se preocupam em apenas “maquiar” seus resultados.

A construção de um sistema de avaliação válido para todas as IES é indispensável para uniformizar procedimentos e manter a qualidade de ensino, bem como outras atividades indissociáveis, a pesquisa e a extensão, que corroboram para a formação do tripé ensino, pesquisa e extensão. Porém é imprescindível a consideração da vasta extensão territorial, as peculiaridades regionais e a grande gama de instituições, com suas heterogeneidades e diversidades, que as tornam únicas.



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

Então afinal, qual o olhar que deve se ter em relação à avaliação institucional? Como uma ferramenta de perpetuação de uma racionalidade de mercado ou um caminho a ser percorrido pelas IES que desejam repensar o seu fazer?

Bem ou mal, a avaliação se torna uma ferramenta importante para os Gestores das IES a fim de que melhorias efetivas possam ser realizadas, pois por meio da avaliação é que são coletadas as informações. O que deve ser modificado é o olhar sobre a avaliação, para que haja um melhor entendimento sobre esta ferramenta e os benefícios advindos com as informações colhidas que servirão de base para um repensar das IES, tanto em relação aos documentos institucionais, PPI, PDI e PPC, quanto a didática e serviços estendidos à comunidade.

Bibliografia:

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da educação superior: estado x mercado. São Paulo: Editora UNIMEO, 2003.

BERTOLIN, Júlio C. G., MARCON, Telmo. O (des) entendimento de qualidade na educação superior brasileira – das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar. 2015.

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

GALDINO, Mary Neuza Dias. A Autoavaliação Institucional no Ensino Superior como Instrumento de Gestão. Fundação CESGRANRIO/ Universidade do Grande Rio. 2011. XXV Simpósio Brasileiro II Congresso IBERO-AMERICANO de Políticas e Administração da Educação. Jubileu de Ouro da ANPAE, no período de 26 a 29 de abril de 2011.

LACERDA, Leo Lynce Valle de. SINAES, teoria e prática: pressupostos epistemológicos em oposição. Avaliação (Campinas), v. 20, n.1, Sorocaba, Março, 2015. p. 87-104.

LAMPERTI, Ernani. Avaliação institucional: qual a ideologia subjacente a este processo na educação superior brasileira? Revista Evidência, Araxá, n. 4, p. 149-174, 2008.

LEHFELD, Neide A. S.; GABARRA, Manoel H. C.; COSTA, Caetano da; SOUSA, Yara T. C. S. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. Avaliação, Campinas. Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 177-194, mar. 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública. ERA. São Paulo. v. 53 n. 1 jan/ fev. 2013 p. 82-90.

POLIDORI, Marlis Morosini; FONSECA, Denise Grosso; LARROSA, Sara Fernanda Tarter. Avaliação Institucional Participativa. Avaliação (Campinas), v. 12, n.2, Sorocaba, Junho, 2007. p. 333- 348.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. Avaliação (Campinas), v. 20, n.1, Sorocaba, Março, 2015. p. 143- 161.

SILVA, Assis Leão. A “participação” da comunidade acadêmica na avaliação institucional: o caso da UFPE no contexto do SINAES. In: IX ANPED Sul, 2012. Caxias do Sul.

SIMOR, Paulo Carataju. O processo de avaliação institucional como estratégia de desenvolvimento numa instituição de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2001. São Paulo. Anais eletrônico. São Paulo: ANGRAD, 2001.

SGUISSARDI, V. Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional? Avaliação, Sorocaba, v. 13, n. 3, nov. 2008.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: Avaliação participativa: perspectivas e desafios. Organização: Dilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Júnior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005, p. 15-38.

VIEIRA, Paulo Reis. A Avaliação Institucional e Acadêmica: tendências nos Estados Unidos e no Brasil. MEYER Jr, Victor; MURPHY, J. Patrick. Dinossauro, Gazelas e Tigres. Novas abordagens da Administração Universitária: um diálogo Brasil e EUA. Florianópolis: Insular, 2003.